



AMÉRICA DO SUL

Argentina fora do Brics

Em cartas enviadas aos governos dos cinco países-membros do bloco, Javier Milei recusa o convite, alegando diferenças políticas. Na mensagem a Lula, o ultraliberal externa interesse em um encontro. Corte Suprema vai analisar ação contra o "decreto"

Luis ROBAYO / AFP



Argentina não fará parte do grupo do Brics, ao contrário do que havia sido anunciado em agosto passado, pelo ex-presidente peronista Alberto Fernández. Em um já esperado recuo, o governo, liderado agora pelo ultraliberal recém-empossado Javier Milei, formalizou ontem a renúncia à adesão ao bloco econômico, do qual fazem parte Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

“A marca da política externa do governo que presido há poucos dias difere em muitos aspectos da do governo anterior”, justificou Milei, que tomou posse em 10 de dezembro, em cartas enviadas aos países-membros. “Nesse sentido, serão revistas algumas decisões tomadas pela gestão anterior. Entre elas, está a criação de uma unidade especializada para a participação ativa do país no Brics”, acrescentou.

Há quatro meses, na Cúpula de Joanesburgo, na África do Sul, foi anunciada a expansão do Brics com o convite a seis novos membros, que incluíam, além da Argentina, Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes Unidos. Hoje, o grupo representa 24% do Produto Interno Bruto (PIB) global e 42% da população mundial.

Aliados

A China, que representa cerca de 70% do PIB, foi quem impulsionou sua expansão. Os integrantes do Brics compartilham a reivindicação de um equilíbrio mundial mais inclusivo, especialmente no que diz respeito à influência dos Estados Unidos e da União Europeia (UE). O presidente Milei designou os EUA e Israel como os principais aliados estratégicos de seu governo.

“Nosso alinhamento de geopolítica é com Estados Unidos e Israel. Não vamos nos alinhar com comunistas”, declarou Milei, ainda durante a campanha eleitoral, quando chegou a afirmar que queria pôr fim às relações comerciais com o gigante asiático, segundo maior sócio comercial da Argentina depois

do Brasil. Após a posse, adotou, no entanto, um tom mais conciliador em relação a Pequim e agradeceu “pelas felicitações e bons votos” recebidos do presidente chinês, Xi Jinping.

Nas cartas, porém, Milei ressalva que ainda pretende manter laços bilaterais com os países integrantes do bloco. “Gostaria de enfatizar o compromisso do meu governo em intensificar os laços bilaterais com seu país, em particular o aumento dos fluxos de comércio e investimento”, reforçou, em cada uma das correspondências. Na enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o

presidente comenta, ainda, que espera se reunir em breve com o colega brasileiro.

Inconstitucionalidade

A Corte Suprema de Justiça da Nação, instância máxima do Judiciário argentino, recebeu ontem uma ação de inconstitucionalidade contra o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) 70/2023, o pacote radical de ajuste fiscal baixado por Javier Milei. O autor é o governador kirchnerista de La Rioja, Ricardo Quintela, e a peça junta-se a mais de 25 solicitações semelhantes,

apresentadas por sindicatos, advogados e organizações não governamentais, mas que tramitam em tribunais inferiores.

Como a ação é movida por uma província, ela foi enviada diretamente para Corte. Segundo o jornal *El Clarín*, o tribunal decidiu que o pedido será analisado em fevereiro, ao fim do recesso do Judiciário. Os advogados de Quintela justificaram que o “DNU tem malignidade para fazer com que os fundamentos do Estado sejam cruéis” e defendem que, “para a harmonia do federalismo e da paz”, a competência de julgar o mérito é do Supremo.

“Com a vigência do DNU 70/2023, o federalismo é gravemente prejudicado, assim como a institucionalidade de nossa República, e a sociedade argentina como um todo é colocada em um estado de vulnerabilidade no que se refere a seus direitos trabalhistas, sociais, econômicos e culturais”, postou Quintela na rede social X, antigo Twitter. “Por isso, essa reivindicação que faço em nome da minha província busca no Poder Judiciário da nação um pronunciamento que garanta a vigência do Estado de Direito e consolide os valores de nossa democracia”, acrescentou.

Brasil pede diálogo

O Brasil está preocupado com a nova escalada de tensão entre Venezuela e Guiana no conflito por Essequibo, após as manobras militares determinadas pelo presidente Nicolás Maduro nas proximidades da região rica em petróleo, alvo de litígio entre os dois países. Em nota, o Itamaraty voltou a defender o diálogo como forma de enfrentar a situação. Desde a retomada da disputa centenária, no início do mês, Lula tenta fazer a mediação entre Caracas e Georgetown para evitar um confronto.

“O governo brasileiro acredita que demonstrações militares de apoio a qualquer das partes devem ser evitadas, a fim de que o processo de diálogo ora em curso possa produzir resultados”, assinalou o Itamaraty. Mais de 5,6 mil soldados venezuelanos foram mobilizados, na quinta-feira, em resposta à chegada de navio de guerra britânico HMS Trent à Guiana, que negou ter planos para uma “ação ofensiva” contra Caracas.

Na nota, o Itamaraty apontou as instituições regionais, como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), como os fóruns adequados para resolver o assunto. Também pediu “respeito” à declaração de Argyle, alcançada em 14 de dezembro, na qual Guiana e Venezuela se comprometeram a abordar o assunto de forma pacífica.

Por sua vez, o Reino Unido criticou Caracas. “As ações da Venezuela contra a Guiana são injustificadas e deveriam parar”, declarou um porta-voz de Londres. “Trabalhamos com nossos parceiros na região para evitar uma escalada e monitoramos a situação de perto.”

As tensões entre Caracas e Georgetown aumentaram após as licitações de petróleo abertas em setembro pela Guiana em águas em disputa. Agravaram-se ainda mais após a realização de um referendo, em 3 de dezembro na Venezuela sobre a soberania de Essequibo.

GUERRA NO LESTE EUROPEU

O maior ataque aéreo contra a Ucrânia

A Rússia fez, ontem, o maior ataque aéreo do ano contra a Ucrânia — alguns analistas consideram que pode ter sido o mais expressivo desde o início da guerra, há quase dois anos. Em poucas horas, segundo o governo de Volodymyr Zelensky, as forças de Vladimir Putin lançaram mais de 150 mísseis e drones contra a capital, Kiev, e várias cidades ucranianas, deixando pelo menos 30 mortos e mais de 160 feridos. A Polônia, integrante da Otan, denunciou que um míssil russo entrou e saiu do seu espaço aéreo em direção ao território ucraniano.

“Não víamos tanto vermelho em nossas telas há muito tempo”, ressaltou Yuri Ignat, porta-voz da Força Aérea ucraniana. Segundo ele, foi “o maior ataque com mísseis” com exceção dos ocorridos nos primeiros dias após o início da invasão russa em 24 de fevereiro de 2022. No total, Moscou teria disparado cerca de 160 artefatos, incluindo mísseis de cruzeiro e drones Shahed.

“A Rússia utilizou todo tipo de armas de seu arsenal”, frisou Zelensky em postagem na rede social X (antigo Twitter). O Ministério da

Defesa russo se limitou a comunicar que ‘tinham alcançado todos os seus objetivos’ e indicou que houve ‘um bombardeio de grande escala’ entre 23 e 29 de dezembro contra infraestruturas militares, depósitos de munições e bases de soldados ucranianos e mercenários estrangeiros.”

Kiev informou que a defesa antiaérea conseguiu interceptar 88 mísseis e 27 drones. A série de ataques ocorreu depois de Moscou reconhecer que o navio *Novocherkassk* foi danificado na terça-feira devido a um bombardeio ucraniano em Feodosia, na anexada Península da Crimeia.

Apoio internacional

Após a ofensiva de Putin, Londres anunciou que entregará aproximadamente 200 mísseis antiaéreos para a ex-república soviética. “(O envio dos artefatos) envia uma mensagem inequívoca de que, diante da brutalidade de russa, o Reino Unido continua absolutamente comprometido em apoiar a Ucrânia”, disse o ministro britânico da Defesa, Grant Shapps, em comunicado.

AFP



Pessoas se abrigam em estação de metrô de Kiev durante o bombardeio russo: mais de 30 mortos no país

Os Estados Unidos também anunciaram um auxílio militar no valor de US\$ 250 milhões (em torno de R\$ 1,2 bilhão) em ajuda militar para Kiev — o último pacote de

apoio disponível para o governo sem a aprovação do Congresso. O presidente Joe Biden instou o Legislativo a superar divisões e agir “sem mais demora” para aprovar mais ajuda.

“Estamos fazendo tudo o que podemos para reforçar nosso escudo aéreo, mas o mundo deve ver que precisamos de mais ajuda e meios para deter este terror”,

afirmou Andrii Yermak, chefe da administração presidencial ucraniana, no Telegram.

Os bombardeios ao território ucraniano se intensificaram durante a madrugada de ontem, sobretudo em Lviv (oeste) e Kharkiv (nordeste). Jornalistas da agência de notícias France Presse (AFP) relataram fortes explosões no início da manhã em Kiev. Em um bairro do norte da capital ucraniana, um hangar de 3 mil metros quadrados pegou fogo, deixando muitos feridos, segundo o chefe da administração militar da capital, Sergei Popko.

Os ataques também afetaram a localidade de Dnipro, no leste da Ucrânia, onde uma maternidade foi severamente danificada, com mortos e feridos. Em Odessa, o sul do país, um prédio pegou fogo após ser atingido pelos restos de um drone abatido.

Iniciada em junho, a propaganda contraofensiva ucraniana fracassou. Ao contrário do que era esperado, o Exército de Kiev não fez avanços territoriais ao longo do ano. Em uma entrevista ao jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*, o general alemão Christian Freuding, que supervisiona o apoio Kiev por parte de seu país, reconheceu que a Rússia demonstrou “uma capacidade de resistência” maior do que a prevista pelos países ocidentais no início da guerra.